



Gabinete da Deputada Mayra Dias

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº697/2024

“Institui diretrizes para a promoção de ações de saúde pública voltadas ao diagnóstico precoce e ao tratamento da hanseníase em áreas rurais e ribeirinhas no âmbito do Estado do Amazonas”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para a implementação de políticas públicas de saúde voltadas ao diagnóstico precoce, tratamento e controle da hanseníase, com foco especial em áreas rurais e ribeirinhas do Estado do Amazonas.

Art. 2º As ações referidas no artigo 1º deverão ter como objetivos, mas não se limitando a:

I - garantir a detecção precoce da hanseníase por meio de campanhas fixas de conscientização e triagens em comunidades vulneráveis;

II – apoiar campanhas itinerantes de conscientização, diagnóstico e tratamento, em parceria com organizações da sociedade civil e instituições de saúde.

III – promover o acesso ao tratamento contínuo, com fornecimento de medicamentos adequados, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV – estimular a atuação de equipes multidisciplinares de saúde, compostas por profissionais já vinculados ao serviço público, para atender às demandas regionais de diagnóstico e acompanhamento dos pacientes; e

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, a adoção das providências necessárias para a efetivação das diretrizes previstas nesta Lei.

Art. 4º A implementação das diretrizes desta Lei deverá considerar as políticas de saúde já vigentes, sem a criação de novas despesas ao erário, aproveitando-se dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Art. 5º O poder executivo regulamentará esta lei no que couber para sua efetiva aplicabilidade.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em
Manaus, 04 de outubro de 2024

Assinatura manuscrita de Mayra Dias em tinta azul.

MAYRA DIAS

Deputada Estadual – **AVANTE**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO AMAZONAS

Gabinete Deputada Mayra Dias - 2º andar

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950, Edifício José de Jesus Lins de Albuquerque, Parque 10 de Novembro
CEP 69.050-030 – Manaus – Amazonas



Gabinete da Deputada Mayra Dias

JUSTIFICATIVA

O perfil epidemiológico da hanseníase no Estado do Amazonas, entre 2018 e 2023, destaca a persistência e alta incidência da doença em regiões de difícil acesso, com concentração de casos nas áreas mais remotas e com menor cobertura de serviços de saúde. Durante o período estudado, foram relatadas variações anuais na detecção de novos casos, especialmente entre 2020 e 2022, com picos significativos durante os meses de abril a setembro (De Azevedo et al., 2024).

Os dados revelam que a hanseníase ainda é um grave problema de saúde pública no estado, principalmente entre a população infantil e em áreas rurais, onde as condições socioeconômicas e a infraestrutura precária dificultam o acesso ao diagnóstico precoce e ao tratamento adequado. As formas clínicas mais frequentes incluem a paucibacilar, sendo o grau de incapacidade física na notificação inicial geralmente baixo, mas ainda relevante para a avaliação das estratégias de controle.

Estudos adicionais sugerem que fatores como a migração de populações nordestinas, em décadas passadas, contribuíram para a disseminação da hanseníase nas regiões de recolonização, como as do Juruá, Purus e Solimões (Loureiro, 2019). Além disso, a concentração de casos novos em municípios como Itamarati e Tapauá ressalta a necessidade urgente de intervenções focadas nessas áreas.

O panorama evidenciado reflete também a importância de políticas públicas mais robustas, que incluam a capacitação contínua dos profissionais de saúde e a intensificação das atividades de vigilância ativa para a identificação de novos casos. O fortalecimento da infraestrutura de saúde, associado à sensibilização das comunidades sobre os meios de prevenção e a busca precoce de tratamento, são essenciais para o controle efetivo da hanseníase no Amazonas (Fonseca et al., 2023; Silva et al., 2022).

A hanseníase, doença crônica e negligenciada, continua a ser um desafio epidemiológico no Brasil, especialmente na região Norte, onde a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e os determinantes sociais da saúde desempenham papel crucial na manutenção da transmissão da *Mycobacterium leprae*. Embora o país tenha feito avanços significativos no combate à doença, é evidente que ainda há muito a ser feito para erradicar completamente a hanseníase nas populações mais vulneráveis.

Com base na jurisprudência vigente, a hanseníase é uma patologia considerada de interesse público em razão de sua alta taxa de transmissibilidade e das graves consequências físicas, sociais e econômicas que pode acarretar quando não tratada de forma adequada. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem consolidado entendimento de que a saúde é um direito fundamental e que o Estado tem o dever de garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme o disposto no artigo 196 da Constituição Federal.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



Gabinete da Deputada Mayra Dias

Além disso, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem reiteradamente reconhecido a obrigação dos entes federativos de assegurar tratamentos adequados e garantir a efetivação de políticas públicas de saúde, sob pena de violação dos princípios da dignidade humana e da proteção integral à saúde. Nesse sentido, a jurisprudência tem se pautado pela tutela da saúde pública como direito de todos e dever do Estado, conforme reafirmado em diversas decisões.

Portanto, a implementação de medidas que promovam o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e a vigilância ativa de novos casos de hanseníase no Amazonas é uma obrigação que se impõe ao Estado, sob pena de violação das garantias constitucionais à saúde e ao bem-estar social. A presente proposição, ao sugerir a ampliação de políticas públicas de controle da hanseníase, se coaduna com os princípios constitucionais e a jurisprudência, que reconhecem a saúde como um direito fundamental e de relevância pública.

Conforme pacificado pelos tribunais superiores, compete ao Estado adotar medidas que assegurem a proteção e recuperação da saúde da população, e o enfrentamento da hanseníase se insere diretamente nesse contexto de atuação estatal.

Fonte: <https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/2231/2432>

Fonte: <https://www.sead.am.gov.br/governo-do-amazonas-fara-recadastramento-obrigatorio-de-hansenianos-ate-o-dia-15-de-abril-de-2024/>

Fonte: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2024/be_hansen-2024_19jan_final.pdf

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em
Manaus, 04 de novembro de 2024.

Deputada Estadual - **AVANTE**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO AMAZONAS

Gabinete Deputada Mayra Dias - 2º andar

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950, Edifício José de Jesus Lins de Albuquerque, Parque 10 de Novembro
CEP 69.050-030 – Manaus – Amazonas

Documento 2024.10000.00000.9.042330
Data 04/11/2024



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2024.10000.00000.9.042330

Origem

Unidade: DEP. MAYRA DIAS
Enviado por: MAYRA BENITA ALVES DIAS GARCIA
Data: 04/11/2024

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
:

Despacho

Motivo: ENCAMINHAR
Despacho: DEPUTADA MAYRA DIAS